

### DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

## Ministério da Economia estuda continuidade do Polonoroeste

por Maria Helena Tachinardi de Brasília

Na próxima quarta-feira, a Comissão de Financiamento Externo (Coflex), do Ministério da Economia, dará seu parecer técnico sobre o Planaflo, projeto elaborado pela Secretaria do Desenvolvimento Regional (SDR) para dar continuidade ao Polonoroeste, o mais controverso dos projetos até agora aprovados pelo Banco Mundial (BIRD).

O Planaflo, que abrangerá todo o Estado de Rondônia, foi desenhado com base no zoneamento socioecológico e científico, com o objetivo de permitir um desenvolvimento sustentado na região, explicou a este jornal uma fonte do Banco Mundial. A idéia é trabalhar com culturas perenes (desenvolvimento agroflorestal) e culturas anuais para o mercado local.

O projeto consumirá US\$ 216 milhões, dos quais 72% serão financiados pelo BIRD e uma contrapartida brasileira de 26% — 13% do governo estadual e 13% da União.

O Planaflo tem tudo para ser aprovado pelo Banco Mundial, disseram a este jornal Feres de Oliveira Jaber, diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional da SDR, e Aguinaldo Lelis, um dos técnicos responsáveis pela elaboração do estudo. Todos os requisitos foram atendidos, desde a proteção ambiental à preservação das reservas indígenas, ao contrário do que ocorreu na implantação dos cinco projetos do Polonoroeste, sobretudo os assentamentos no norte de Rondônia, em 1983.

O projeto teve a assistência da FAO e foi desenvolvido em conjunto com o INCRA, Fundação Nacional do Índio (Funai) e Secretaria Especial de Meio Ambiente. As organizações não governamentais (ONG) e as lideranças indígenas também foram consultadas. Tanto assim que na semana passada uma missão do Banco Mundial esteve em Rondônia com ambientalistas e índios para visitar as áreas abrangidas pelo projeto, observou Lelis.

Depois de aprovado pelo Coflex, o governo começará a negociar os recursos com o BIRD, que enviará missões técnicas ao Brasil. O Planaflo deverá ser implementado em cinco anos. Ele prevê a demarcação de reservas onde vivem 5 mil índios, a assistência a 2.400 famílias de seringueiros, 400 famílias de pescadores e 2.500 produtores de baixa renda.

Sessenta por cento do financiamento irá para o manejo de recursos naturais, 9% para a ação fundiária, 16% para a infraestrutura (manutenção de estradas, mas não a construção de novas rodovias), 8% para serviços de apoio social e 5% para monitoramento do projeto.

Coincidentemente, as áreas de solos férteis, ao longo da rodovia BR-364, principalmente na região de Ouro Preto e Pimenta Bueno, são as mais populosas e as que receberão investimentos produtivos, lembrou Lelis.

Segundo fontes do Banco Mundial, outro componente do programa são projetos para solos pobres. A idéia é recuperar capoeiras e áreas deterioradas. Três milhões e quinhentos mil hectares serão considera-

### Projeto causou polêmica

por Maria Helena Tachinardi de Brasília

O Polonoroeste, aprovado pelo Banco Mundial entre 1981 e 1983, foi um dos projetos mais controversos e criticados pelas organizações não governamentais (ONG). Em seu relatório do ano passado, o banco reconhece que houve diversos problemas na implementação do Polonoroeste, um conjunto de cinco projetos — três agrícolas, um de saúde (combate à malária) e um viário (pavimentação da rodovia BR-364, ligando Porto Velho a Cuiabá e algumas estradas vicinais de Rondônia).

O custo total do programa, destinado a ordenar o grande fluxo migratório na região e desenvolver Rondônia, Mato Grosso e a bacia Amazônica de forma sustentada, foi de US\$ 1,6 bilhão, do qual US\$ 434 milhões provenientes do banco. A área abrangeu 410 quilômetros quadrados.

O primeiro projeto da série foi aprovado em 1981 para consolidar os assentamentos já existentes nas áreas de melhores solos de Rondônia. Em 1982, o banco aprovou um projeto agrícola (Cáceres, Mato Grosso). Um terceiro projeto, em 1983, obteve o aval do banco para novos assentamentos no norte de Rondônia. Esse foi o mais criticado de todos, disse, a este jornal, uma fonte do banco. A instituição não se considera totalmente culpada pela aprovação do financiamento porque a situação naquela região já era explosiva, com uma ocupação desordenada da terra em Rondônia. Isso tudo fez com que houvesse pressão sobre as reservas indígenas e extrativistas (seringueiros), comentou o funcionário.

dos reservas extrativistas, onde já existem seringueiros que terão direito ao uso da terra e a explorações que não destruam a floresta. Em outras áreas está previsto um desenvolvimento florestal sustentado (exploração de madeira e replantio). O Planaflo incluiu experiência-piloto nesse sentido, disse a fonte do banco.

As culturas temporárias serão arroz, feijão, milho e mandioca e, quanto às perenes, haverá recuperação dos cafezais, plantio de cacau, seringais e pomares.

Segundo Feres Jaber, o Planaflo é o mais avançado em âmbito nacional, sendo mesmo considerado modelo. Como ele, outro projeto deverá ser negociado com o banco — o Prodeagro, de Mato Grosso, com as mesmas características. Ambos se encaixam na área de abrangência do Polonoroeste (Mato Grosso e Rondônia). O Prodeagro exigirá US\$ 250 milhões.

“A intenção é desenvolver e conservar. Ao mesmo tempo, com a experiência do Polonoroeste, os governos estaduais da região amazônica sabem agora que é preciso preservar as nascentes dos rios e proteger as áreas indígenas”, comentou o funcionário do banco.

O Environmental Defense Fund (EDF), a principal ONG norte-americana que mobilizou a opinião pública dos Estados Unidos contra o Polonoroeste, está atento aos desdobramentos do Planaflo, disse a este jornal Stephan Schwartzman, um dos especialistas em Brasil do EDF.